

de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 15 de Novembro de 1958, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

31 de Março de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Listagem n.º 90/2007

Nos termos no n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, a seguir se publica a listagem dos subsídios atribuídos pelo Fundo para as Relações Internacionais (FRI) no 2.º semestre de 2006:

Beneficiário	Montante (em euros)	Data de decisão	Entidade decisora
Círculo de Reflexão Lusófona	25 000	26 de Janeiro de 2006	Conselho de direcção.
Os Amigos do S. Carlos	65 000	14 de Fevereiro de 2006	Conselho de direcção.
Centro Informação Europeia Jacques Delors	224 000	21 de Fevereiro de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Associação Portuguesa de le Thillot	25 000	23 de Março de 2006	Conselho de direcção.
Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais	125 000	23 de Março de 2006	Conselho de direcção.
Associação Portuguesa do Colégio de Defesa da Nato	3 000	9 de Maio de 2006	Conselho de direcção.
Mulher Migrante — Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade.	10 766,55	26 de Maio de 2006	Conselho de direcção.
Consulado Honorário de Portugal em Adelaide	1 780	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Amã	2 990	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Antuérpia	49 600	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Badajoz	25 500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Bangui	2 600	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Blantyre	5 990	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Brazzaville	3 240	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Caceres	500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Comodoro Rivadavia.	1 800	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Curaçau	25 000	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em D. Caxias	800	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Darwin	2 200	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Dax	2 470	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Fortaleza	5 775	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Génova	500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Goiânia	1 500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Gotemburgo	13 350	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Guayaquil	600	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Houston	1 700	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Huelva	21 000	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Istambul	4 990	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em La Paz	2 400	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Leon	50 000	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Liege	13 350	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Londrina	500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Los Angeles	24 150	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Manaus	12 620	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Maracaibo	1 000	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Maracay	1 000	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Mbabane	13 420	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Melbourne	24 240	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Miami	12 240	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Mindelo	25 000	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Munique	2 140	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Nápoles	500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Niteroi	1 000	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Nova Friburgo	500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Orense	42 650	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Panamá	650	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Perth	17 910	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Port Elisabeth	1 000	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Porto Rico	500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Quelimane	4 490	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Rio Grande	600	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Rouen	30 000	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em S. Cristobal	1 000	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Salamanca	3 240	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Singapura	5 990	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Santa Cruz Tenerife.	500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em St. Helier	78 000	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Santo Domingo	3 990	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Trieste	500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Turim	500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Uberlândia	500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Veneza	500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Vitória Espírito Santo.	500	14 de Junho de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Beneficiário	Montante (em euros)	Data de decisão	Entidade decisora
Consulado Honorário de Portugal em Waterbury ...	65 000	14 de Junho de 2006 ...	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Welkon	1 000	14 de Junho de 2006 ...	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Consulado Honorário de Portugal em Winnipeg	32 500	14 de Junho de 2006 ...	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Câmara Argentina Portuguesa de Comércio	6 000	4 de Julho de 2006	Conselho de direcção.
Consulado Honorário de Portugal em Dax	601,50	4 de Julho de 2006	Conselho de direcção.
MUDIP — Associação Mutualista Diplomática Portuguesa.	191 805,30	7 de Julho de 2006	Conselho de direcção.
MUNDIVENTOS — Negócios, Incentivos e Eventos	35 000	1 de Agosto de 2006	Conselho de direcção.
United Nations General Trust Fund Account	1 000	1 de Agosto de 2006	Conselho de direcção.
MUDIP — Associação Mutualista Diplomática Portuguesa.	31 435,84	10 de Agosto de 2006 ...	Conselho de direcção.
Grupo de Beneficência La Rochelle	4 000	15 de Setembro de 2006	Conselho de direcção.
Instituto Português de Relações Internacionais	670	15 de Setembro de 2006	Conselho de direcção.
Comissão Portuguesa do Atlântico	20 000	28 de Setembro de 2006	Conselho de direcção.
Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro	25 000	22 de Outubro de 2006	Conselho de direcção.
MUDIP — Associação Mutualista Diplomática Portuguesa.	240 348,54	26 de Outubro de 2006	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
Anglo Portuguese Society	1 497,40	21 de Novembro de 2006	Conselho de direcção.
Consulado Honorário de Portugal em Casablanca ...	6 000	21 de Novembro de 2006	Conselho de direcção.
Associação dos Cônjugues Diplomatas Portugueses	3 000	18 de Dezembro de 2006	Conselho de direcção.
Instituto para a Promoção do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos.	7 500	18 de Dezembro de 2006	Conselho de direcção.
Fundação Mário Soares	16 000	21 de Dezembro de 2006	Conselho de direcção.

14 de Março de 2007. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Fernando d'Oliveira Neves*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado
do Tesouro e Finanças

Portaria n.º 380/2007

Pela portaria n.º 649/98 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 9 de Junho de 1998, foi autorizada a cessão, a título definitivo, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, ao município do Cadaval, do prédio rústico denominado «Murtório», com a área de 41 080 m², inscrito na matriz predial da freguesia do Cercal sob o artigo 119, secção G, descrito na Conservatória do Registo Predial do Cadaval na ficha n.º 00233/150293 e registado a favor do Estado pela inscrição G1, para realização de infra-estruturas de carácter desportivo, cultural e de apoio à terceira idade.

De acordo com o estabelecido no n.º 4 da referida portaria, foi concedido àquele município o prazo de dois anos para conferir ao prédio o fim de utilidade pública que justifica a cessão, prazo que o município solicitou fosse prorrogado dado que a escassez de meios financeiros impediu a sua realização atempadamente.

Nesta sequência foi publicada a portaria n.º 846/2004 (2.ª série) publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176, de 28 de Julho de 2004, que autorizou a prorrogação por mais dois anos do prazo para dar ao imóvel o fim estabelecido.

Em 2006, o referido município solicitou a prorrogação por mais dois anos para a conclusão do projecto que iniciou, prevendo a sua conclusão para finais de 2008. Este atraso deve-se à necessidade de adequar o projecto ao espaço onde se insere (Paisagem Protegida da Serra de Montejunto) bem como ao avultado investimento necessário para o efeito.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, que seja prorrogado por mais dois anos, a contar da data da publicação da presente portaria, o prazo para conferir ao imóvel o fim de utilidade pública que justifica a cessão, revertendo o prédio à posse do Estado, sem direito a qualquer indemnização por benfeitorias realizadas, se tal não acontecer, ou se lhe for dado destino diverso daquele que fundamenta a cessão, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março.

23 de Março de 2007. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 7491/2007

Por despacho de 9 de Março de 2007 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, foi renovada, por um período de três anos, a comissão de serviço de Américo de Sousa Filipe, reverificador assessor, no cargo de director da Alfândega de Ponta Delgada. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Março de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 7492/2007

Em 16 de Março de 2005, a Somague Itinere — Concessões de Infra-Estruturas, S. A., a MSF — Moniz da Maia, Serra & Fortunato — Empreiteiros, S. A., a Lena Engenharia e Construções, S. A., a NOVOPCA — Construtores Associados, S. A., a Somague Engenharia, S. A., a BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., a Auto Estradas do Oeste — Concessões Rodoviárias de Portugal, S. A., e a Via Oeste, SGPS, S. A., requereram aos Ministros de Estado e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações autorização para a transmissão, pela Auto Estradas do Oeste — Concessões Rodoviárias de Portugal, S. A., à Via Oeste, SGPS, S. A., de 4400 acções representativas do capital social da Auto Estradas do Atlântico — Concessões Rodoviárias de Portugal, S. A., esta última concessionária nos termos do contrato de concessão de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados na zona oeste de Portugal celebrado com o Estado Português em 21 de Dezembro de 1998.

Em caso de aprovação da referida operação, a BRISA passaria a deter uma participação social indirecta de 50 % no capital social da referida concessionária Auto Estradas do Atlântico, S. A.

Ora, considerando as condições impostas à operação, decorrentes da análise prévia efectuada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

Considerando que a autoridade da concorrência, nos termos e para os efeitos dos artigos 9.º e 31.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, veio pronunciar-se negativamente à concentração solicitada;